

ESTUDANDO O CONSAD SUDOESTE PAULISTA A PARTIR DA SUA HISTÓRIA E DE UMA MUDANÇA DE CONJUNTURA

Wolney Felipe Antunes Junior¹
Ricardo Serra Borsatto²

RESUMO

O Sudoeste Paulista é uma região que historicamente apresenta condições de desigualdade entre seus habitantes, visualizadas na concentração de terras, na má distribuição de renda e nos menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) quando comparados ao restante do Estado de São Paulo. Fatos estes que levaram 15 municípios desta região serem considerados um território estratégico e receber, ao longo dos últimos quinze anos, intervenções públicas através dos Programas Fome Zero, Territórios Rurais e Territórios da Cidadania. Neste território foi instituído o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Sudoeste Paulista (CONSAD Sudoeste Paulista), com a participação do poder público e da sociedade civil, o qual exerceu a função de colegiado territorial no âmbito desses programas representando, principalmente, os anseios e as necessidades do universo da Agricultura Familiar. No entanto, mediante uma mudança na conjuntura política e econômica do Brasil, o CONSAD Sudoeste Paulista reformulou sua estrutura e redesenhou seu território, ampliando para 32 municípios, os quais correspondem a 16ª Região Administrativa de São Paulo. Nestas circunstâncias, este projeto de pesquisa pretende compreender, a partir de um resgate histórico do processo de formação do CONSAD Sudoeste Paulista, sua mudança na estrutura e no desenho de território frente a essa alteração do cenário nacional. Para alcançar as informações, serão realizadas consultas documentais, revisões bibliográficas e pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas. Com a realização desta pesquisa pretende-se obter uma reflexão crítica sobre o processo de construção do CONSAD Sudoeste Paulista, bem como contribuir no debate sobre as limitações das políticas territoriais, por exemplo, na efetividade e continuidade de projetos e ações.

Palavras-chave: Sudoeste Paulista; Políticas Públicas; Políticas Territoriais; Colegiado Territorial

1. INTRODUÇÃO

Este texto é referente a um projeto de mestrado que será desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal de São Carlos, Campus de Araras/SP. O intuito é compartilhar o projeto com a comunidade acadêmica e, através da discussão e debate de ideias, amadurecer e estruturar esta pesquisa. O texto será estruturado na seguinte forma: o tópico introdutório vai fazer um breve levantamento dos conceitos utilizados, uma sucinta caracterização histórica e atual da região que compreenderá o estudo, além da problemática que levou o interesse na pesquisa; no segundo tópico faremos uma apresentação do objeto de estudo, o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Sudoeste Paulista, apontando sua origem, atuações e transformações; na sequência vamos expor os objetivos, geral e específicos, seguindo pela metodologia e, por fim, os resultados esperados.

¹Engº Industrial Madeireiro, mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Agrárias, Araras/SP: wolney.antunes@gmail.com

²Professor Doutor na Universidade Federal de São Carlos, Centro Ciências da Natureza, Buri/SP: ricardo.borsatto@ufscar.br

Os estudos e projetos referentes ao desenvolvimento territorial rural estão cada vez mais ocupando espaços na sociedade, seja na academia ou na esfera política. Neste sentido, são abordados os mais diversos aspectos, tais como a construção de novas tecnologias, os sistemas produtivos, participação da sociedade nos conselhos e na gestão das políticas públicas, interações e articulações do rural com o urbano, discussões sobre os circuitos de comercialização, entre outros.

Para pensar o desenvolvimento rural é preciso considerar as dimensões econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental, num contexto multifacetado e de múltiplos atores. E ao trazer a noção de território para o desenvolvimento rural, rompe-se a barreira setorial e melhora-se a construção e atuação de políticas públicas, de modo que sua elaboração passa a considerar as particularidades, as carências, os anseios e os atores locais (KAGEYAMA, 2008).

O conceito de território demanda cautela e, inclusive, a apresentação de alguns autores que o definem. Para Albagli (2004), o território não se resume apenas ao material, ao concreto, e envolve um campo de forças, conjunto de relações e interações sociais sobre um espaço geográfico. Segundo o autor, isso se constrói historicamente e inclui as dimensões físicas, econômicas, simbólicas e sócio-políticas. Neste sentido, Souza (2011) acrescenta que o território é definido através das relações de poder, sobre uma área com certas configurações geológicas, com recursos naturais característicos, detentora de uma estrutura produtiva e com ligações de identidade entre atores sociais e um espaço.

Conforme Saquet (2007, p.158) “no território existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, no e com o lugar e com outros lugares”, tendo como elementos bases “as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade”. Na conceituação de Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território, isto é, o território se dá a partir das ações e transformações que grupos sociais desempenham sobre um espaço, ocorrendo uma apropriação deste. De acordo com Fernandes (2013), além de apresentar o significado físico, território representa os espaços sociais (dimensões culturais, políticas, econômicas e históricas) e está inserido, também, no âmbito da construção de conhecimentos e da interpretação da realidade, isto é, no universo acadêmico com seus paradigmas, por exemplo, existem territórios.

O enfoque territorial na abordagem das políticas públicas de desenvolvimento rural foi incorporado de maneira gradual, ao passo que as particularidades, desigualdades e especificidades do mundo rural e suas populações foram sendo consideradas. Neste sentido, Claude Reynaut (2014) aponta duas experiências internacionais que contribuíram para a elaboração de políticas no Brasil, a Leader promovida pela União Europeia e o Diagnóstico Territorial Participativo e Negociado (DTPN) empreendida pela FAO.

A principal contribuição da Leader foi o entendimento de que os esforços precisam ir além da aplicação de recursos via os canais institucionais e promover dinâmicas sociais, dentro de um Plano de Ação Local. Já o Diagnóstico Territorial Participativo e Negociado visualiza a necessidade de uma intensa e ativa participação dos atores locais na construção dessas ações. Neste caso, unindo a noção de território e de participação social.

No Brasil, a partir da década de 1980 houve um revigoramento dos movimentos rurais, um aumento no número de associações e organizações de apoio aos habitantes do campo, assim como a multiplicação de núcleos de estudos rurais dentro das universidades. Neste contexto de efervescência política e social, a abordagem territorial foi conquistando espaço (WANDERLEY, 2014). Nos anos 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foram criados programas como Comunidade Ativa e o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS, que ampliaram a participação de atores locais na esfera pública através de conselhos municipais. A partir do primeiro mandato de Lula, em 2003, as políticas de desenvolvimento saíram do caráter municipal e passaram a ser intermunicipais, por exemplo,

com a criação dos CONSADs, dos Territórios Rurais e, posteriormente, os Territórios da Cidadania (ORTEGA; MENDONÇA, 2007).

O Sudoeste Paulista, que é a região onde atua o objeto de estudo em questão, recebeu intervenções públicas nas esferas dos programas de enfoque territorial, inicialmente no âmbito do Programa Fome Zero, com a constituição do CONSAD, depois pelo Programa Territórios Rurais e, posteriormente, no Programa Territórios da Cidadania. As características históricas de desigualdade nessa região levaram a essas intervenções. Por isso, faremos uma sucinta caracterização dessa porção do Estado de São Paulo.

O processo de ocupação dessas terras não se diferencia em demasia ao ser comparada com a história do estado de São Paulo, mas teve uma dinâmica particular. A distribuição de terras ocorreu pelo sistema de Sesmarias, o que não garantia que elas fossem efetivamente ocupadas e produzidas, de modo que as terras do Sudoeste Paulista se encontravam em situações praticamente de abandono, ficando sob cuidado de agregados e poucos escravos dos sesmeiros. Na primeira metade do século XVIII a capitania de São Paulo desempenhava uma tímida produção agrícola e pouca circulação de moedas, a exceção eram as fazendas próximas a capital que começavam a produzir cana-de-açúcar. Essa conjuntura passa a se modificar a partir da segunda metade do século XVIII, quando Morgado de Mateus assume o governo da capitania e, a mando da Coroa, promove uma série de melhorias estruturais para tentar alavancar a economia de São Paulo (CORRÊA, 2013). Pode-se dizer que é neste período que a dinâmica do Sudoeste Paulista inicia um deslocamento do restante de São Paulo.

Em um primeiro momento, abriram-se estradas e vias de ligação entre a capitania e outras partes da colônia, sendo uma delas o caminho que conectava o extremo sul do Brasil com São Paulo. Foi neste período que comerciantes envolvidos no transporte, comercialização da produção e abertura de estradas, como é o caso do sesmeiro Barão de Antonina, do Sudoeste Paulista, fizeram suas fortunas. Por estarem localizadas justamente no trajeto das tropas de muares, que saíam do Sul e tinham como destino as regiões mineradoras e o Rio de Janeiro, as fazendas do Sudoeste Paulista apresentavam como principais atividades a invernada de gado e a comercialização do excedente da agricultura com os viajantes.

De acordo com Corrêa (2013), enquanto se observava, em meados de 1830, um renascimento agrícola para exportação em São Paulo, com as regiões de Itu, Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiá produzindo cana-de-açúcar, o Vale do Paraíba e litoral com cultivos de café, no Sudoeste Paulista basicamente invernava-se e criava-se gado, com produção de alimentos para consumo próprio e, aos arredores de Itaporanga, criação de porcos e produção de toucinho. O Sudoeste Paulista ficou fora do ciclo do café, pois, além de ser conhecida como uma terra fria, imprópria para o cultivo (MARQUES, 2014), o escoamento de qualquer tipo de produção era dificultado, uma vez que as estradas eram precárias e inundavam em tempos de chuva. Um fato importante e que vale ressaltar, é que a estrada de ferro ficou longe dali, fazendo o trajeto de Sorocaba a Ourinhos (a estrada de ferro chegaria em Itapeva apenas em 1909).

Neste contexto, ao transitar pela região, o naturalista francês Saint-Hilaire (1976) observou um ambiente de pobreza e fome, que, segundo sua interpretação, estava relacionado ao não investimento dos lucros dos sesmeiros nas próprias fazendas, uma vez que eles viviam na capital. A partir da Lei de Terras, em 1850, passou a valer a apropriação privada da terra, o que transformou as áreas do Sudoeste Paulista em mercadorias e importante reserva de capital. Principalmente após a abolição do tráfico de escravos, apropriar-se de terras virou um negócio promissor. Muitas dessas apropriações eram determinadas pelo poder econômico de fazendeiros e de negociantes, não pela compra, mas sim ao subornar juízes, falsificar títulos, grilar e organizar capangas. Neste período, verificou-se um movimento paralelo de famílias oriundas de Minas Gerais e do Vale do Paraíba que foram para a região colonizar as matas (CORRÊA, 2013).

A segunda metade do século XIX foi um momento de aumento da agricultura na região, na qual sempre permaneceu a criação de gado, o que indica a expressiva produção de milho. Se produzia, também, mandioca, feijão, algodão e café, que mesmo não fazendo parte do ciclo econômico, a região produzia para autoconsumo. O Sudoeste Paulista esboçou uma significativa produção de algodão para exportação, mas as vias de escoamento era um fator limitante, tempos mais tarde, já numa quantia menor, produzia para alimentar indústrias de tecelagem que começaram a se instalar em São Paulo e em Sorocaba (CORRÊA, 2013).

Com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana em Itapeva, o corte de lenha para abastecer as locomotivas aumentou e intensificou a derrubada de matas, ocasionando em meados de 1930 uma nova alteração da paisagem (MARQUES, 2014). Nos anos de 1960 foram descobertas as reservas de minério e então se instalaram as primeiras indústrias de extração na região. Na mesma década, já sob o Regime Militar, a lei nº 5.106 de 1966, a qual concedia incentivos fiscais para empreendimentos florestais (BRASIL, 1966) atraiu uma série de investimentos em reflorestamento de eucalipto no Sudoeste Paulista. Atualmente, além do eucalipto, a silvicultura de pinus também é expressiva, servindo de matéria prima para as indústrias de madeira serrada e para a extração de resina. A tradicional cultura de feijão, que ocupava grande parte das plantações no século XX, abriu espaço principalmente para o cultivo de soja, que de 1990 a 2004 aumentou em 926% (BRASIL, 2006).

De um modo geral, a atual estrutura produtiva do Sudoeste Paulista pode ser definida como: grandes e modernas lavouras com cultivo de grãos, como a soja, milho e feijão; lavouras de laranja; unidades de agricultura familiar; pecuária leiteira e de corte; olericultura convencional e orgânica; silvicultura de pinus e eucalipto; indústrias de papel e celulose; madeireiras; indústrias de mineração; agroindústrias do ramo alimentício, e de armazenagem e secagem de grãos.

As dificuldades observadas são que a silvicultura de pinus e eucalipto ocupa grandes extensões de terra, emprega poucas pessoas e tem as atividades que agregam valor fora da região. Já a produção de soja tem crescido a cada ano, acompanhada pelo processo de mecanização e tecnificação das lavouras, que exclui ou subordina grande parte dos agricultores familiares. A pecuária de corte e de leite é uma tradição no território, mas possui uma frágil estrutura de produção. A estratégia de gado de corte carece de abatedouros e o gado de leite conta com alguns laticínios para o escoamento na região. A olericultura convencional sobressai perante a orgânica e agroecológica, o que acarreta na dependência e custo com insumos agroquímicos. Atualmente cresce o número de estufas para produção de tomate, pepino e pimentão, com grande suporte de insumos externos e para comercialização em mercados como o CEASA.

Historicamente, o Sudoeste Paulista é uma região marcada pela desigualdade social, pela concentração de terras e má distribuição de renda. Nas décadas de 1990 e início dos anos 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano nos quesitos longevidade, educação e renda (IDHM) se apresentavam bem abaixo da média estadual e, em alguns casos, do Brasil³. Estes fatos fizeram da região um espaço estratégico para receber ações do Governo Federal, de enfoque territorial, com o objetivo de combater a fome, diminuir as desigualdades e fomentar o desenvolvimento.

No âmbito do Programa Fome Zero, em 2003, foi instituído no Sudoeste Paulista 1 (um) dos 40 CONSADs criados e distribuídos pelo Brasil. No caso do Sudoeste Paulista, foram selecionados 15 municípios e definido um território. Os CONSADs são arranjos institucionais de caráter propositivo que contam a participação de representantes do poder público e da sociedade civil (ORTEGA, 2007). Passados alguns anos, o mesmo conjunto de municípios foi identificado como Território Rural e incluído no Programa de Desenvolvimento Sustentável de

³Consulta realizada na Plataforma Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>

Territórios Rurais e, em 2009, foi compreendido no Programa Territórios da Cidadania (BRASIL, 2009). Nesses três períodos o CONSAD Sudoeste Paulista permaneceu como o arranjo institucional responsável, bem como o plano de ações construído para o desenvolvimento do território continuou vigente.

Em 2016, o rompimento institucional do Governo da Presidente Dilma Rousseff e a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário geraram um ambiente de incerteza e instabilidade acerca da continuidade das políticas públicas voltadas aos Territórios Rurais e da Cidadania. Neste contexto, no início de 2017, o CONSAD Sudoeste Paulista reformulou seu estatuto e redesenhou seu território, o qual passou a abranger os 32 municípios da 16ª Região Administrativa de São Paulo (CONSAD Sudoeste Paulista, 2017a).

Ao analisar estas circunstâncias, levantam-se questionamentos se o território foi inicialmente mal configurado e que não correspondia ao que de fato seria este território, portanto, a necessidade de alteração, o que pode indicar uma frágil participação e mobilização dos atores e suas respectivas organizações no processo de construção do território. Por sua vez, essa frágil consciência territorial pode sugerir uma dependência do CONSAD Sudoeste Paulista à existência de uma política ou estrutura do Estado que te dê amparo, como foram, em um primeiro momento, os programas Federais, e, a partir de 2017, a consolidação da 16ª Região Administrativa de São Paulo. Além disso, quais as implicações dessa mudança para a continuidade de projetos e ações que foram reivindicados dentro das políticas territoriais?

2. APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Sudoeste Paulista (CONSAD Sudoeste Paulista) foi formalizado no ano de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, executado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MESA), por meio da Secretaria Extraordinária de Segurança Alimentar e Nutricional. Seguindo as diretrizes do programa que lhe deu origem, o CONSAD Sudoeste Paulista tem em sua composição membros do poder público local e representantes da sociedade civil organizada. Este colegiado tem caráter propositivo e surgiu com objetivo de articular os atores locais para estimular projetos e ações territoriais que promovessem a geração de emprego, renda e garantisse a segurança alimentar.

O território estipulado para compor o CONSAD Sudoeste Paulista foi apresentado no “Estudo de Localização Territorial de Potenciais CONSADs no País” elaborado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e pelo extinto MESA, cujos critérios foram: baixo IDHM; cidades de perfil rural; deficiência de infraestrutura; excluídas dos eixos de acumulação de riqueza; e com forte presença da agricultura familiar (FRANCA et al, 2003).

A partir desse estudo, 15 municípios do Sudoeste Paulista foram selecionados para formar o território, sendo eles: Barão de Antonina, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Capão Bonito, Coronel Macedo, Guapiara, Itaberá, Itapeva, Itaporanga, Itararé, Nova Campina, Ribeirão Grande, Riversul, Taquarituba e Taquarivai.

Este mesmo desenho de território, alguns anos depois, foi incluído no Programa Territórios Rurais. Sob esta perspectiva, em 2007, foi elaborado o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudoeste Paulista (BRASIL, 2007), contendo um diagnóstico da região e suas principais demandas, o qual serviu de instrumento metodológico para a proposição de ações pelo CONSAD Sudoeste Paulista. Em 2009, o território em questão foi compreendido pelo Programa Territórios da Cidadania, permanecendo o CONSAD Sudoeste Paulista como o arranjo institucional responsável pela gestão das políticas públicas.

Em 2011 o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudoeste Paulista foi atualizado e levantou quatro eixos estratégicos de atuação: 1. Fortalecimento da agricultura camponesa sustentável e com diversificação da produção; 2. Incremento das políticas sociais e combate às desigualdades; 3. Melhoria da infraestrutura para o desenvolvimento e conservação dos recursos naturais; 4. Participação e gestão social para o

fortalecimento da democracia participativa. As principais articulações sob a gestão do CONSAD Sudoeste Paulista foram com o Programa Luz Para Todos, que abrangeu uma expressiva parcela da população rural, com o Programa Minha Casa Minha Vida Rural, que beneficiou duas mil famílias, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na compra de máquinas, equipamentos e veículos, e com o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PROINF), com investimentos realizados em tanques de coleta e resfriamento de leite (MATHEUS, 2016).

Em 2016, um dos primeiros acontecimentos após o rompimento institucional do Governo de Dilma Rousseff foi a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que era um espaço onde se discutiam e construía políticas públicas para o rural brasileiro. Isso gerou um ambiente instável e incerto, alterando a conjuntura. Foi neste contexto que o CONSAD Sudoeste Paulista se reestruturou e redesenhou seu território:

O Sr. Presidente esclareceu que diante da nova realidade territorial, após quatorze anos de existência e do processo de atuação do Consad no território com o desenvolvimento de políticas públicas, da criação legal do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade e também com a criação da 16ª Região Administrativa, ficou evidente a necessidade de atualização estatutária (CONSAD Sudoeste Paulista, 2017b).

Desde de março de 2017, o CONSAD Sudoeste Paulista compreende os 32 municípios da 16ª Região Administrativa de São Paulo, a qual engloba as seguintes cidades: Angatuba, Apiaí, Arandu, Buri, Bom Sucesso de Itararé, Barra do Chapéu, Barão de Antonina, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Coronel Macedo, Fartura, Guapiara, Iporanga, Itai, Itaberá, Itararé, Itaoca, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itaporanga, Nova Campina, Paranapanema, Piraju, Ribeira, Riversul, Ribeirão Grande, Ribeirão Branco, Sarutaiá, Taquarituba, Tejupá, Taguaí e Taquarivaí (CONSAD Sudoeste Paulista, 2017a).

Como consta na atualização estatutária de março de 2017, a Assembleia Geral é o órgão máximo dentro do colegiado, o qual desempenha o papel deliberativo. No documento encontra-se que deve abranger os diferentes segmentos sociais da área de atuação do CONSAD Sudoeste Paulista, nas seguintes proporções: 1 (um) representante Estadual para cada 6 (seis) municípios, mínimo de 1 (um), máximo de 3 (três); até 6 (seis) representantes por município, sendo de um a dois de entes públicos municipais e de um a quatro da sociedade civil organizada; a Assembleia Geral deve respeitar a proporção de 2/3 de representantes da sociedade (CONSAD Sudoeste Paulista, 2017a).

Atualmente, os objetivos sociais do CONSAD Sudoeste Paulista são: estimular a cooperação intermunicipal e a elaboração de estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento territorial sustentável; formalizar parcerias para obtenção de recursos; promover o desenvolvimento econômico, social, cultural, educacional, da cidadania e dos direitos humanos, assim como a melhoria das condições de vida do homem e da mulher do campo e da cidade; promover a capacitação da sociedade em geral - organizações, associações, cooperativas, etc; incentivar a agroecologia; apoiar a cooperação e as formas associativas de organização da produção, comercialização e industrialização; promover e organizar eventos participativos como: conferências, audiências, seminários, reuniões, cursos, estágios, etc, para levantar demandas e projetos.

3. OBJETIVOS

3.1. Geral

O objetivo geral deste projeto de pesquisa é compreender, a partir de um resgate histórico do processo de formação do CONSAD Sudoeste Paulista, sua mudança na estrutura e no desenho de território mediante uma alteração de conjuntura.

3.2. Específicos

Para atingir o objetivo geral, pretende-se:

- Fazer um resgate histórico, documental e oral;
- Levantar as organizações, instituições, bem como os atores sociais envolvidos no seu processo de formação;
- Verificar se havia uma demanda e mobilização de atores locais;
- Verificar se ao longo dos anos foi construída uma sinergia e qual a sua consistência;
- Detalhar o processo que definiu o primeiro desenho de território;
- Levantar os motivos e influências que levaram a mudar a estrutura e o desenho de território;
- Averiguar a visão do colegiado sobre a mudança de conjuntura, quais suas pretensões nesse novo formato e o conceito que faz de território.

4. METODOLOGIA

De maneira sucinta, a metodologia desta pesquisa seguirá os seguintes passos: Consultas documentais nos arquivos do CONSAD Sudoeste Paulista, revisões bibliográficas de estudos já realizados com o colegiado, na região e na temática da pesquisa, e pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas.

Para reunir informações aqui necessárias, será preciso construir uma estratégia metodológica que consiga atingir as fontes. Desta maneira, no resgate histórico, as entrevistas semiestruturadas serão com nomes determinados a partir da amostragem não probabilística *snowball sampling*, a qual é construída durante a pesquisa de campo em esquema por redes de contatos.

A opção pelas entrevistas semiestruturadas foi pelo seu perfil flexível, mas que segue um roteiro, isto é, as entrevistas serão conduzidas a fim de obter informações previamente demandadas, porém com a liberdade e flexibilidade do entrevistado apresentar e explorar novas informações, as quais poderão ser úteis e enriquecedoras para o trabalho.

A estratégia de amostragem pelo sistema *snowball* terá como ponto de partida um informante-chave, o qual levantará muitas das informações necessárias e, pelo seu conhecimento e rede de contatos, irá sugerir novos nomes para serem entrevistados. Além das entrevistas determinadas a partir do *snowball*, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com membros atuais do colegiado e com membros envolvidos no processo de mudança na estrutura e do desenho de território.

Os resultados obtidos neste estudo serão provenientes de pesquisas primárias e consultas documentais. As informações coletadas nas análises de documentos serão somadas às transcrições das entrevistas semiestruturadas e, juntas, formarão o corpus. O estudo desta coletânea – o corpus – será de maneira qualitativa, considerando os diferentes discursos e atores, e se apoiando na literatura sobre o tema. Os resultados da pesquisa serão diretamente relacionados com o caso do CONSAD Sudoeste Paulista, porém possibilitarão estabelecer diálogos com outras experiências de colegiados territoriais.

5. RESULTADOS ESPERADOS

Com a realização desta pesquisa pretende-se obter uma reflexão crítica sobre o processo de construção do CONSAD Sudoeste Paulista, bem como as implicações que uma suposta baixa mobilização e participação dos atores locais na construção do território e do colegiado tem nos momentos de alteração de conjuntura. Espera-se, também, contribuir no debate sobre as

limitações das políticas territoriais, por exemplo, na efetividade e continuidade de projetos e ações.

6. REFERÊNCIAS

- ALBAGALI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Sebrae, 2004.
- BRASIL. Ariane Favareto. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Sudoeste Paulista (SP)**. Itapeva/São Paulo. 2007.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 5106, de 02 de setembro de 1966. **Lei de Incentivos Fiscais Concedidos A Empreendimentos Florestais**. Brasília, 1966.
- BRASIL. Paulo Brancher. Secretaria de Desenvolvimento Territorial/Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra Territorial do Território Sudoeste Paulista**. Itapeva: 2006.
- CONSAD Sudoeste Paulista. **Estatuto Social da Associação CONSAD Sudoeste Paulista**. Itapeva: 2017a.
- CONSAD Sudoeste Paulista. Itapeva. **Ata de Assembleia Geral Ordinária do colegiado CONSAD Sudoeste Paulista**, realizada em 30 de março de 2017, p.1-4. 2017b.
- CORRÊA, Dora Shellard. **Paisagens Sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930)**. Londrina: Eduel, 2013.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In: STEDILE, João Pedro (Org); ESTEVAM, Douglas (Assistente de pesquisa.). **A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 173-238.
- FRANCA, L.P. et al. **Guia do CONSAD: Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro, IBAM/DES/NEL, 2003.
- KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Ufrgs, 2008.
- MARQUES, Silvia Corrêa. Espaço de resistência e trocas culturais no meio rural brasileiro: Apontamentos sobre o quilombo do Jaó. **Revista de Arqueologia**, p. 217-234, 2014.
- MATHEUS, Delwek. **Análise da relação da política dos territórios da cidadania e a ação do capital no campo: o caso do território da cidadania do Sudoeste Paulista**. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/148854>>. Acesso em: 09 maio 2018.
- ORTEGA, Antonio César. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 275-300, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 Mai. 2018.
- ORTEGA, Antonio César; MENDONÇA, Nilton César. Estratégias de desenvolvimento territorial rural no Brasil: continuidades e rupturas. In: ORTEGA, Antonio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007. p. 93-121.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. Tradução: Maria Cecília França.
- REYNAUT, Claude. A gênese da abordagem territorial e participativa no desenvolvimento rural: raízes conceituais e experiências internacionais. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; NIEDERLE, Paulo André. **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: Editora Ufpe, 2014. p. 55-78.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1976.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al. **Geografia: conceitos e temas**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Gênese da Abordagem Territorial no Brasil. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; NIERDELE, Paulo André. **PARTICIPAÇÃO, TERRITÓRIO E CIDADANIA: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: Editora Ufpe, 2014. p. 79-102.